
GEOGRAFIA DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

GEOGRAPHY OF SLAVE LABOR IN MARANHÃO

GÉOGRAPHIE DU TRAVAIL ESCLAVE À MARANHÃO

Sávio José Dias Rodrigues¹
Carlos Rerisson Rocha da Costa²

RESUMO: Este trabalho tem a intenção de trazer os principais aspectos da geografia do trabalho escravo no Maranhão. Sendo assim, partimos da espacialização do fenômeno no estado a partir de dados de ocorrência, naturalidade e referência de trabalhadores resgatados entre 2003 e 2017. A partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra, fazemos uma análise das principais regiões de ocorrência, relacionando as atividades com a expansão de grandes projetos desenvolvimentistas no estado. Também buscamos as principais regiões maranhenses de naturalidade e referência de trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Brasil. O discurso disseminado de desenvolvimento atrelado a atividades econômicas no Maranhão tem coincidido com a permanência do trabalho escravo no estado. Regiões de expansão de grandes projetos de desenvolvimento tem sido o lócus desse fenômeno, não só as ocorrências, mas, também, são dessas regiões que se originam a grande quantidade de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo, podendo denotar que há uma relação entre expansão de grandes projetos de desenvolvimento e produção de situações de vulnerabilidade. As regiões de expansão da soja, ano sul do estado, e da Estrada de Ferro Carajás, ao Oeste do estado, são as principais regiões, em conjunto com o Centro do Maranhão, que avança com a pecuária extensiva.

Palavras-chave: Geografia. Trabalho Escravo. Grandes projetos de desenvolvimento. Maranhão.

ABSTRACT: This work intends to present the main aspects of the geography of slave labor in Maranhão. Therefore, we start from the spatialization of the phenomenon in the state based on data on occurrence, place of birth and reference of workers rescued between

1 Doutor em Geografia (UFC); Professor da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros e do Programa em Pós-graduação em Geografia (UFMA). E-mail: saviodiasbr@gmail.com.

2 Doutor em Geografia Humana (USP); Professor da Licenciatura em Geografia (UESPI) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). E-mail: rerissoncosta@ccm.uespi.br.

2003 and 2017. Based on data from the Pastoral Land Commission, we analyze the main regions of occurrence, listing the activities with the expansion of large development projects in the state. We also look for the main regions of Maranhão that are natives and references for workers rescued from slave labor in Brazil. The widespread development discourse linked to economic activities in Maranhão has coincided with the permanence of slave labor in the state. Regions of expansion of large development projects have been the locus of this phenomenon, not only the occurrences, but also these regions that originate the large number of workers recruited into slave labor, which may denote that there is a relationship between the expansion of major projects for the development and production of situations of vulnerability. The soy expansion regions, in the south of the state, and the Carajás Railroad, in the west of the state, are the main regions, together with the Center of Maranhão, which advances with extensive cattle raising.

Keywords: Geography. Slavery. Major development projects. Maranhão.

RÉSUMÉ: Ce travail entend présenter les principaux aspects de la géographie du travail esclave dans le Maranhão. Ainsi, nous partons de la spatialisation du phénomène dans l'état à partir des données d'occurrence, du lieu de naissance et de référence des travailleurs secourus entre 2003 et 2017. À partir des données de la Commission Foncière Pastorale, nous analysons les principales régions d'occurrence, en répertoriant les activités avec l'expansion de grands projets de développement dans l'état. Nous recherchons également les principales régions du Maranhão qui sont des indigènes et des références pour les travailleurs sauvés de l'esclavage au Brésil. Le discours généralisé sur le développement lié aux activités économiques dans le Maranhão a coïncidé avec la permanence du travail esclave dans l'État. Les régions d'expansion des grands projets de développement ont été le siège de ce phénomène, non seulement les occurrences, mais aussi ces régions qui sont à l'origine du grand nombre de travailleurs recrutés comme esclaves, ce qui peut indiquer qu'il existe une relation entre l'expansion des grands projets pour le développement et la production de situations de vulnérabilité. Les régions d'expansion du soja, au sud de l'État, et le chemin de fer de Carajás, à l'ouest de l'État, sont les principales régions, avec le Centre du Maranhão, qui progresse avec l'élevage extensif de bétail.

Mots-clés: Géographie. Esclavage. Grands projets de développement. Maranhão.

INTRODUÇÃO

Temos como objetivo fazer elaborar uma geografia do trabalho escravo, que consiste na espacialização do fenômeno no território do Estado do Maranhão, localizando as principais regiões de ocorrência, bem como, de envio de mão de obra que é aliciada para o trabalho escravo no país. Porém, apenas a localização do fenômeno torna essa geografia empobrecida, assim, partimos do método de Milton Santos (2017), em que a descrição necessita imediatamente da análise, que fazemos a partir da relação com o que a priori, nos aparece como uma contradição, o discurso de modernização do território, sobretudo, vinculado à expansão de grandes projetos de desenvolvimento ou megaprojetos.

Sendo assim, de maneira prática, a localização do fenômeno, demanda uma análise, buscando o porquê da própria localização e suas relações materiais no espaço. Nesse sentido, buscamos as relações da localização do fenômeno com dados econômicos, trazendo, por

exemplo, elementos que indicam vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores para o aliciamento. Em outros trabalhos já trouxemos essa análise da vulnerabilidade para o trabalho escravo de trabalhadores migrantes (RODRIGUES, 2017), nesse aqui fazemos a relação espacial, buscando esse cruzamento no território. Também buscamos a relação regional das atividades relacionadas aos grandes projetos de desenvolvimento no estado com o trabalho escravo, em que, a contradição entre o que é propagado como a chegada da modernização do território, atribuída a esses grandes projetos e a permanência de uma forma de exploração do trabalho supostamente arcaica.

O Estado do Maranhão tem passado por um ciclo de modernização recente, usando os termos de Milton Santos (2008), em que a característica atual é o discurso desenvolvimentista ligado aos grandes projetos de desenvolvimento. Esses grandes projetos têm efetivado próteses espaciais, em que, a necessidade de superação do espaço pelo tempo é uma demanda do capital para que a acumulação se potencialize. Superar espaço, contraditoriamente, é produzir espaço. Assim, a necessidade de aumento da velocidade de produção, de circulação, é seguida pela produção de ferrovias, estradas, portos, etc.

O discurso ligado aos grandes projetos de desenvolvimento é crivado de promessas de renda e assalariamento para a população, assim como, de empregos formais. Esse discurso modernizante, do progresso, de uma modernização do território em que a agricultura familiar não se adéqua. O assalariamento da população passa a ser o objetivo, apesar de que não se dá de maneira universalizante, mas se torna o eixo de ação, sobretudo, no imaginário das populações camponesas.

Para essa análise, partimos dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que tem um banco de dados acerca do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Pegamos os dados de trabalhadores resgatados de trabalho escravo (Brasil e Maranhão), naturalidade e referência dos resgatados (nível estadual e municipal no Maranhão). A partir desses dados, fizemos o cruzamento com dados de produção e área de produção de soja no Maranhão. Para isso os dados da produção agrícola municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse mesmo órgão, analisamos os dados de produção da silvicultura, para os dados acerca da produção de eucalipto.

O artigo é dividido em duas partes. Na primeira parte, trazemos uma análise dos grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão, sua localização e análises dos impactos econômicos para o trabalho nos municípios. O discurso dado aos grandes projetos de desenvolvimento no estado tem se impregnado em uma ideia de modernização do território e que, supostamente, faria com que o Maranhão superasse alguns “atrasos”, como, por exemplo, o trabalho escravo contemporâneo.

A segunda parte do artigo avança com os dados do trabalho escravo contemporâneo, se ligando a primeira pela análise da localização das regiões de intensa exploração do trabalho. Assim, analisamos o porquê da produção de regiões com maior número de ocorrência, bem como de regiões que se consolidam como bolsões de mão de obra passível de serem exploradas como escravizadas no país.

GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO OU MEGAPROJETOS NO MARANHÃO

A expansão e desenvolvimento do modo de produção capitalista, sobretudo, nas últimas décadas do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI tem evidenciado o caráter

espacial desse sistema, que David Harvey (2009) vai analisar a partir dos estratégias para as crises estruturais do capitalismo. Nesse sentido, ele encontra a globalização como parte desses estratégias, no que ele chama de Desenvolvimento Geográfico Desigual.

Espaços periféricos, nesse período citado acima, têm sido incorporados às estruturas atuais do capitalismo, a partir do que se convencionou chamar de globalização e que tem se atrelado a uma série de medidas, discursos, práticas. Em princípio, a ideia de internacionalização da economia pode ser associada a um discurso de progresso e modernização do território. Essa modernização tem relação com um discurso de desenvolvimento e progresso, vinculado, sobretudo, a implantação de grandes projetos de desenvolvimento.

Para entender esse projeto modernizador, uma importante referência é o que a Federação das Indústrias do Maranhão trás acerca dos eixos de desenvolvimento do estado:

A economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de desenvolvimento e integração, que englobam macro-cadeias produtivas de elevado dinamismo e modernização: o agronegócio de alimentos e energia, com destaque para a moderna produção da região sul, onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária; e o complexo minero-metalúrgico, concentrado na parte oeste e norte (São Luís) do estado. Esses dois eixos expressam e consolidam uma relativa diversidade econômico-social interna, concentrando o dinamismo nas microrregiões sul e sudoeste, e no eixo da ferrovia, além da capital, ponto de convergência e de suporte logístico da economia maranhense (FIEMA, 2009, p. 26).

Segundo esse mesmo documento, fica explícito que é na transformação de uma economia voltada para o mercado interno para uma economia de commodities que o estado passa por um processo de modernização. Dessa maneira, as ideias de desenvolvimento e modernização do território passam, inevitavelmente, a serem permeadas pelos eixos de desenvolvimento propostos pela FIEMA. O Estado adere ideologicamente a essa concepção de desenvolvimento, somando, também, um terceiro eixo, que é o de exploração pelo turismo. Nisso, reside o que vamos conceber aqui como modernização do território.

A modernização do território aparece para Carlos Rerisson Rocha da Costa (2016) a partir da apropriação dos espaços para uso capitalista. E é justamente nesse uso capitalista, que a instalação desses grandes empreendimentos ou grandes projetos de desenvolvimento tem acarretado a constituição de contradições, que perpassam o discurso de renda e trabalho e a permanência da pobreza.

Estamos tratando aqui a expressão “grandes projetos de desenvolvimento” como sinônimo de “megaprojetos” e considerando que, assim como, María Verónica Ibarra García, estes são um tipo de espaço, se relacionando com o poder e

[...] se realizan con base en el desarrollo científico-técnico, se invierten grandes cantidades de recursos económicos en su ejecución, se movilizan grandes contingentes humanos — por la demanda de mano de obra para la construcción o bien por los desplazamientos poblacionales — y cumplen una función simbólica de poder, desarrollo y fortaleza (GARCÍA, 2012, p. 149).

Esse conceito de megaprojeto nos abre para a instalação de empreendimentos articulados, que não necessariamente são institucionalizados como um projeto único, por exemplo, o

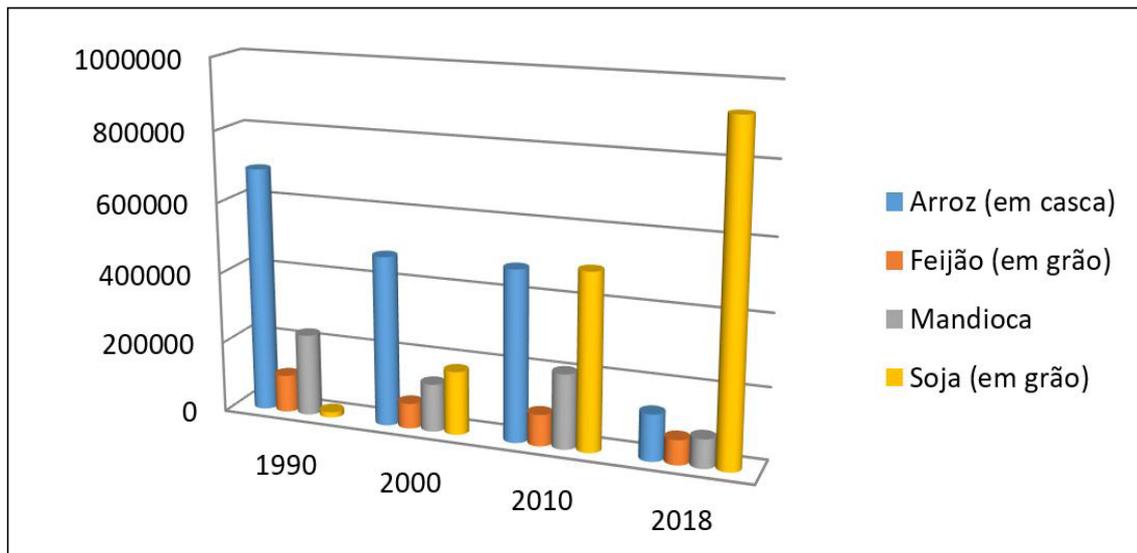
complexo da soja. Nesse sentido, afiguramos como megaprojetos no Maranhão: o turismo de escala, sobretudo na região do Parque dos Lençóis Maranhenses; o agronegócio, no sul do estado do Maranhão (avançando para o Oeste), assim como na região do Município de Chapadinha, no leste do estado; o complexo logístico e produtivo ligado à Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Dois elementos são importantes se ressaltar da instalação desses megaprojetos no Maranhão: 1) as transformações da dinâmica de produção dos territórios, em que a economia local passa a ter uma transformação a partir de uma mudança no padrão produtivo e de consumo. A escala da internacionalização da economia, a migração de uma mão de obra especializada e com padrão de consumo diferenciado; 2) a precarização do trabalho decorrente de uma necessidade por aumentar a taxa de acumulação, a partir da diminuição de custo de mão de obra.

Em relação ao primeiro elemento, o trabalho feito por José Ricardo Ramalho e Marcelo Sampaio Carneiro (2015) traz muitas questões a se refletir em economias destinadas a *commodities*, sobretudo, a siderurgia. Segundo esses autores, a Amazônia Brasileira tem sido alvo de várias intervenções de ordem econômica, tendo a instalação de siderúrgicas em municípios como, Açailândia (MA) e Marabá (PA) as mais importantes. Para eles, a crise de 2008 teve várias repercussões nas novas economias criadas com a siderurgia, o que pra nós, mostra o caráter de economias e territórios com uma lição de comando fora do lugar, um alerta já dado por Milton Santos quando fala das verticalidades nos territórios (SANTOS, 1992).

A evolução da produção do agronegócio da soja e de alguns produtos que são os principais produtos da agricultura familiar (arroz, mandioca, feijão) mostra bem essas transformações e a dinâmica local da economia (Ver Gráfico 1)

Gráfico 1. Evolução da área plantada, Maranhão, 2018.

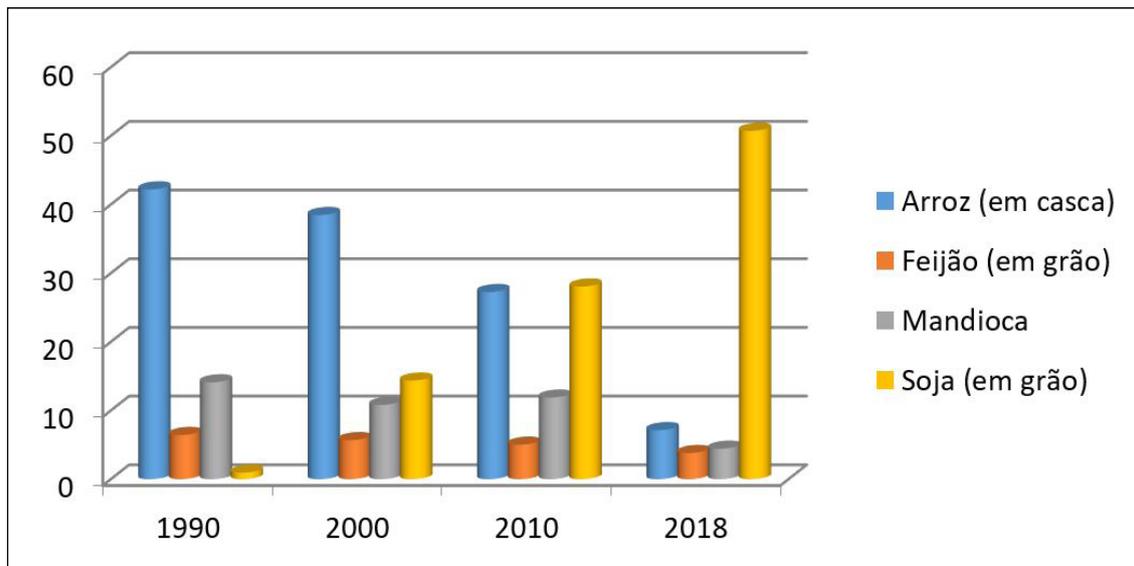


Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal.

É possível se perceber o grande crescimento da área plantada por soja, indo de 15.305ha em 1990 para 926.656ha em 2018, ao mesmo tempo em que a área de mandioca decresce de 230.909ha em 1990 para 81.116ha em 2018. O arroz é o produto da agricultura familiar que mais diminui sua área plantada, de 690.495 há em 1990 para 130.386ha em 2018. O feijão tem também queda, apesar de menor em relação aos outros produtos, indo de 105.307 para 69.641 entre os anos de 1990 e 2018.

A participação dos produtos na área plantada do estado também é uma variável para pensarmos a imposição de um novo modelo produtivo para o estado, conforme se pode ver no Gráfico 2.

Gráfico 2. Evolução da participação da área plantada, Maranhão, 2018.

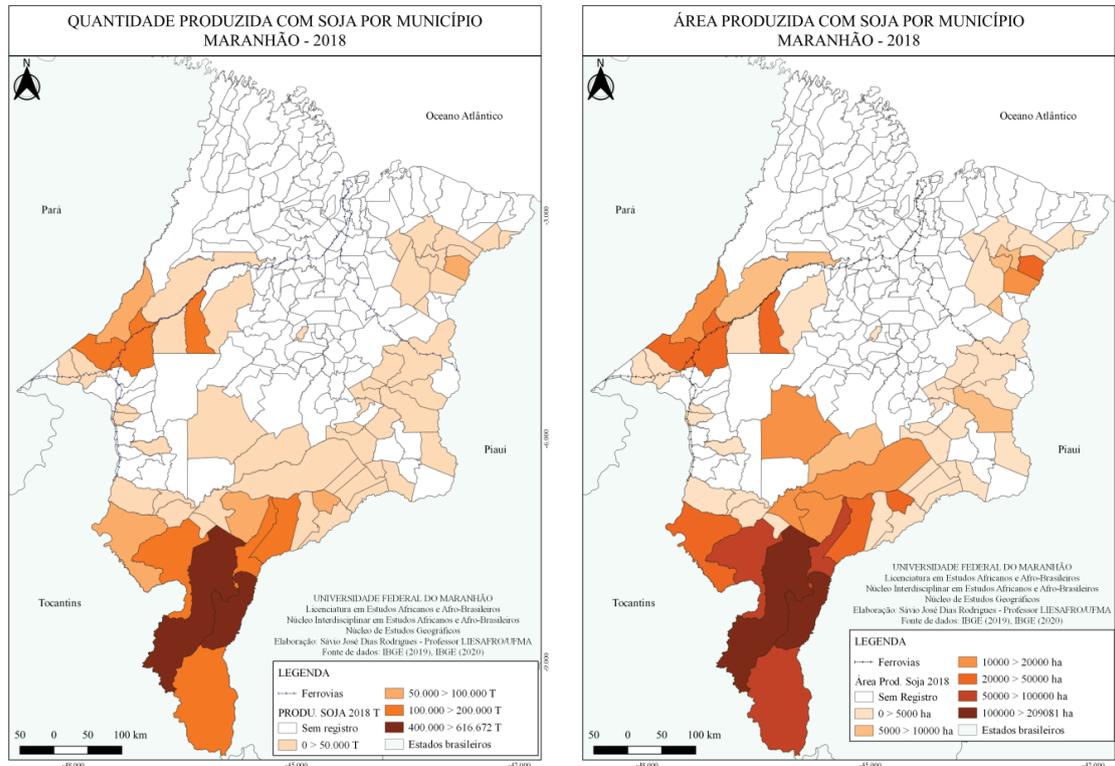


Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal.

Aqui, fica mais evidente a nova participação que a soja tem no estado em relação aos produtos considerados os principais da agricultura familiar e camponesa. O arroz que tomava mais de 40% da área plantada em 1990 passou para um pouco mais de 7% em 2018, enquanto a soja, que tinha menos de 1% em 1990, passou para mais de 50% em 2018.

A produção da soja se tornou o carro-chefe da economia do agronegócio no Estado do Maranhão, recebendo apoio governamental, de financiamentos e de construção de estruturas logísticas para o seu ciclo produtivo. Sua expansão para o nordeste brasileiro compôs o que se convencionou chamar de MAPITOBA, região de grande expansão do agronegócio e que tem essa designação com a inicial dos estados que a compõe. No Estado do Maranhão ela abrange, principalmente, o sul do estado, inclusive, sendo perceptível na grande participação dessa região na economia do agronegócio do estado.

É importante perceber que há uma especialização de determinadas regiões do estado em relação aos produtos do agronegócio e de uma economia de escala. Essas regiões ficam cada vez mais com suas economias vinculadas à globalização e com os territórios pressionados por uma internacionalização da produção. As Figuras 1 e 2 mostram a espacialização da economia da soja nas regiões do estado no ano de 2018:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figuras 1 e 2. Quantidade e área produzida com soja por município, Maranhão, 2018.

As Figuras 1 e 2 mostram a territorialização da produção do agronegócio da soja no Estado do Maranhão, sobretudo, em três regiões do estado. O Leste do Maranhão tem sido uma região com a inserção da cultura sojícola por meados dos anos 2000. A migração dos chamados gaúchos, pessoas oriundas do sudeste e sul do país, mas que, muitas vezes, já com passagem pelos estados do centro oeste brasileiro ou mesmo, pela região sul do Maranhão. Municípios como Santa Quitéria do Maranhão, Brejo, Chapadinha ou Urbano Santos passam por processos de transformações sócio territoriais que implicam em conflitos com comunidades camponesas (BOTELHO, 2017; COSTA, 2016).

O sul do Estado do Maranhão é a região que se consolidou há mais tempo como especializada na produção de soja. Polarizada pelo município de Balsas, a economia da soja se fixou desde a década de 1980, tendo o pico de crescimento na década de 1990 e início dos 2000. Apesar de desacelerar, continua em crescimento a área plantada e quantidade produzida na região.

A produção de soja no Maranhão tem se expandido para o Oeste do estado, avançando por Açailândia, Buriticupu, dentre outros municípios, conforme se pode observar nos mapas 3 e 4. Esse avanço encontra nas possibilidades que as infraestruturas logísticas da Estrada de Ferro Carajás (EFC) podem facilitar ao escoamento da produção, já que a produção da soja segue para exportação pelo complexo portuário do Itaqui, localizado em São Luís-MA.

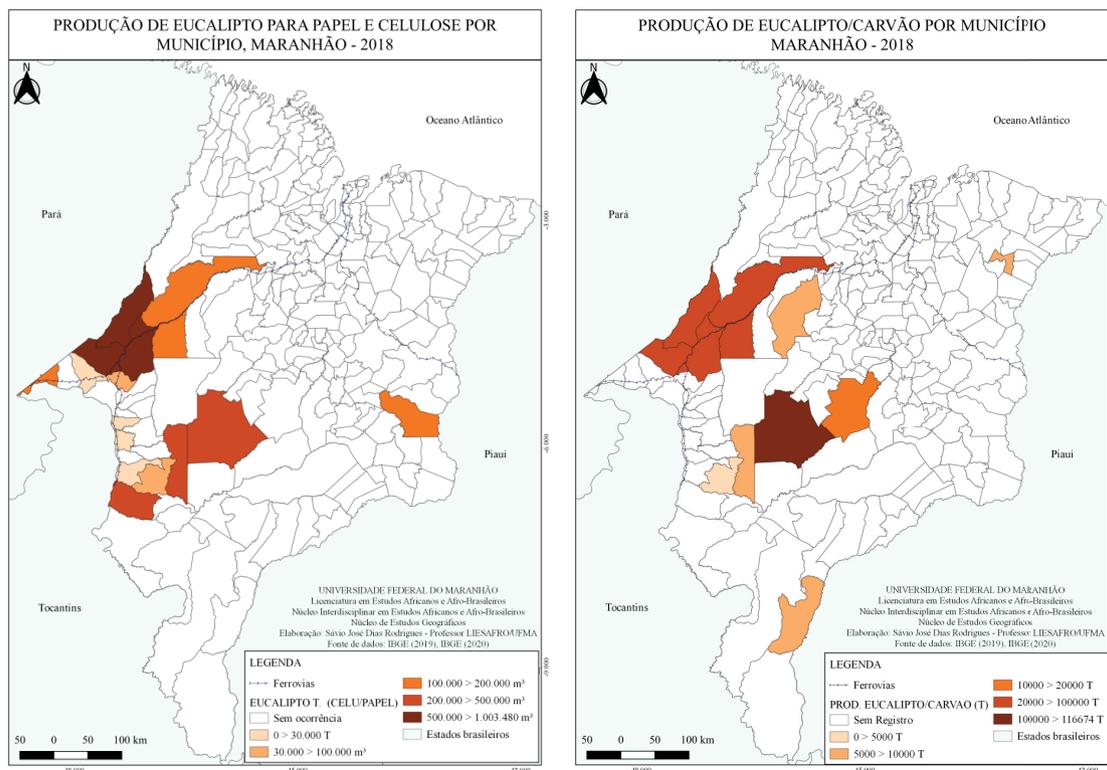
Outro grande projeto ou megaprojeto que nos referimos aqui é a Estrada de Ferro Carajás (EFC), concebida dentro do que se chamou de Projeto Grande Carajás (CARNEIRO, 1997; MONTEIRO, 1997). A EFC foi inaugurada em 1985, tendo 892 km, ligando a maior mina a céu aberto do mundo, Carajás, no Pará, ao Porto da Madeira, em

São Luís-MA, sendo operada pela empresa provada Vale, e servindo, principalmente, ao escoamento da produção de minério extraído da serra de Carajás.

Atrelado à infraestrutura criada pela Estrada de Ferro Carajás, uma série de atividades se constitui paralelamente, direta e indiretamente à ferrovia. Desde atividades de apoio, como alimentação, serviços e oficinas mecânicas, como, também, atividades produtivas que se aproveitam da EFC, como, por exemplo, a siderurgia e a metalurgia.

É nesse contexto que Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior (2009) diz que “No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras grandes iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial”.

O plantio do eucalipto no Maranhão segue duas lógicas: a primeira é a produção de papel e celulose e a segunda é o eucalipto para a produção de carvão. A economia da silvicultura do eucalipto tem se aproveitado da EFC para escoar a produção de celulose, além de dar suporte à siderurgia, com a produção de carvão. O Oeste e Sudoeste do estado têm sido o lócus dessa produção, conforme se pode observar nas Figuras 3 e 4:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figuras 3 e 4. Produção de eucalipto para papel e celulose e eucalipto para carvão, Maranhão, 2018.

Apesar de ter alguns municípios fora do eixo da EFC, é na região próxima a ferrovia que está concentrada o grosso do plantio de eucalipto, seja pra uso das siderurgias, no caso do eucalipto para produção de carvão, seja o eucalipto para papel e celulose. Na verdade, a plantação de eucalipto é um dos desdobramentos locais do Programa Grande Carajás, que segundo Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior e Sislene Costa da Silva (2010) objetivou transformar as áreas em torno da EFC num grande complexo agroindustrial.

Tanto a soja como o eucalipto, pode ser alocada como parte dos megaprojetos no Maranhão, o primeiro vinculado a produção agropecuária, que tem como base a cadeia do agronegócio. O segundo está atrelado à produção minerosiderúrgica e tem a Estrada de Ferro Carajás e o Programa Grande Carajás como seu maior representante. Esses dois grandes projetos repercutem na dinâmica produtiva camponesa e de reprodução desses grupos. Dentre as consequências, tem-se o acesso desses grupos à terra e ao território. Um importante exemplo é o caso da comunidade de Pequiá de Baixo, no município de Açailândia-MA, que sofre diretamente com a instalação de siderúrgicas em seu entorno e teve seus territórios de produção tomados ou cercados, impossibilitando mesmo a reprodução social desses grupos camponeses.

Outro exemplo é a comunidade de Cajueiro, na zona rural de São Luís-MA, que tem sofrido com a instalação de um porto, o chamado Porto de Cajueiro ou Suzano Papel e Celulose na comunidade Cajueiro³. A construção desse porto tem forçado a comunidade a sair de seu território, num processo violento que já teve atuação até de jagunços armados circulando na comunidade. A expropriação dos camponeses de seu território gera um ar de incertezas em relação ao destino de sua economia que não poderá mais ser atrelada ao território.

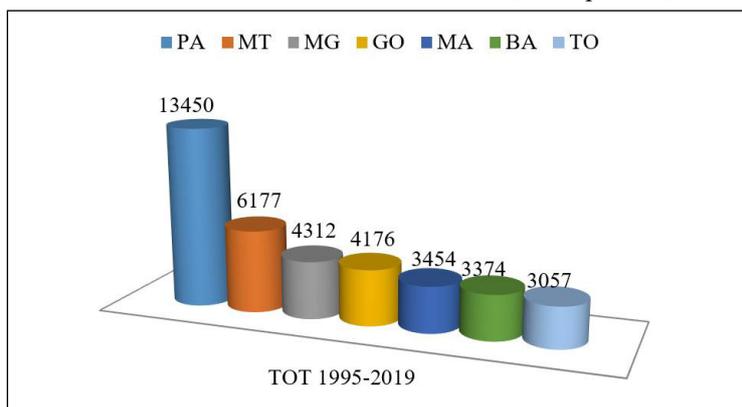
É no sentido da fragmentação do território camponês que os processos migratórios de mobilidade de trabalhadores do Estado do Maranhão têm ocorrido. Camponeses empobrecidos, que no processo de fragmentação se transformam em trabalhadores migrantes, ao mesmo tempo em que se tornam vulneráveis ao aliciamento para o trabalho escravo.

TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

Os processos de empobrecimento da população, sobretudo, rural no Maranhão, tem gerado um contexto de vulnerabilidade para o trabalho escravo no estado. Contraditoriamente ao discurso de instalação de grandes projetos de desenvolvimento no estado, a pobreza se reproduz com intensidade em municípios com impacto direto desses empreendimentos.

O trabalho escravo contemporâneo tem se reproduzido no Maranhão como parte da própria dinâmica de produção do capital. Ele não é antagônico à modernização, tal como os discursos tem deixado crer. Os dados mostram que as iniciativas de modernizar o território maranhense têm se dado paralelamente à permanência do trabalho escravo. O Gráfico 3 mostra a posição do estado em relação a outros estados quanto ao total de libertados em casos de trabalho escravo:

Gráfico 3. Libertados de trabalho escravo nos estados, Principais UF, 1995 a 2019.

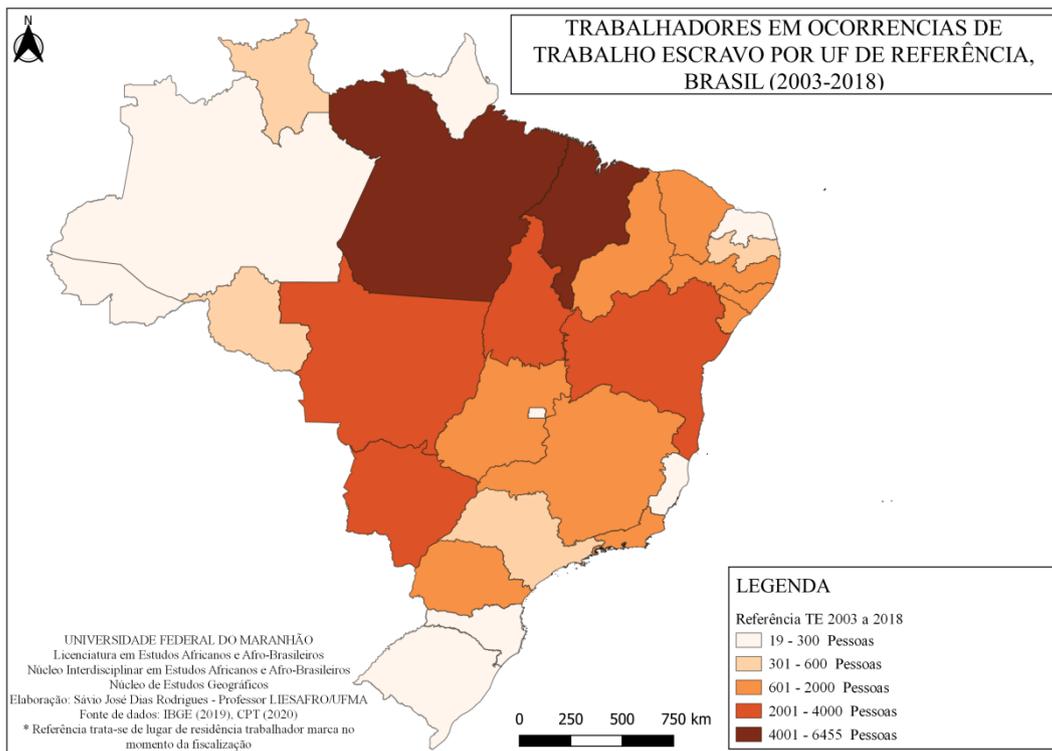


Fonte: CPT, Panorama atualizado do trabalho escravo no Brasil - CPT.TE - 1995-2020.

O Pará é o Estado que lidera o ranking de libertados por estado, seguido por Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Maranhão. Esses são os 5 estados que mais tem libertados de trabalho escravo, neles, atividades como o agronegócio da soja, o eucalipto, a cana-de-açúcar, a pecuária, a mineração, são apresentadas como parte do processo de modernização, globalização e internacionalização da economia, inclusive, do país, ao mesmo tempo que essas mesmas atividades exploram mão de obra escrava.

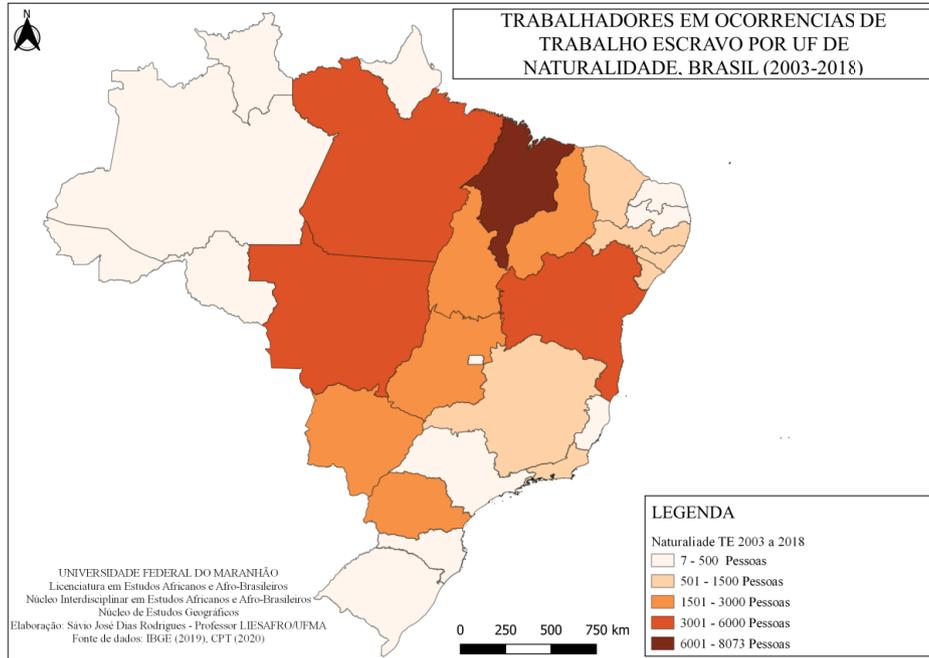
O empobrecimento da população tem acarretado ondas de migração de trabalhadores e, aqui, nos referimos, especialmente, ao Maranhão. É no contexto de empobrecimento de uma população essencialmente rural que vários trabalhadores se movimentam do estado todo ano para procurar colocação em postos de trabalho em outros estados, muitas vezes esse movimento é temporário, fazendo o trabalhador todo ano se locomover do Estado. Esses trabalhadores enviam parte dos salários para manterem suas famílias nos municípios de origem, fazendo parte da economia de suas cunidades (RODRIGUES, 2016).

A vulnerabilidade para o aliciamento para o trabalho escravo reside em grande parte no movimento de trabalhadores pobres e com pouca instrução do Maranhão. Os dados mostram que o estado é um dos maiores exportadores de mão de obra que é aliciada para o trabalho escravo no país. As Figuras 5 e 6 espacializam os dados de trabalhadores resgatados de trabalho escravo por Unidade da Federação de Referência ou Naturalidade:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 5. Trabalhadores em ocorrências de trabalho escravo por UF de Referência, Brasil, 2003 a 2018.

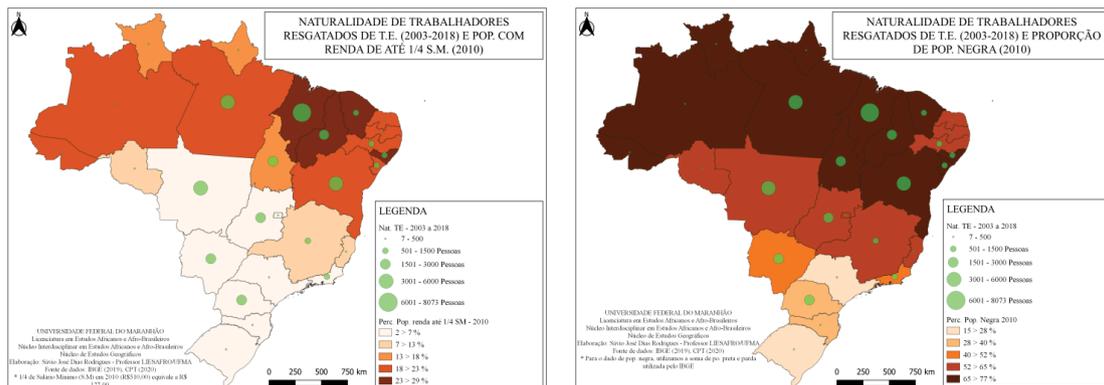


Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 6. Trabalhadores em ocorrências de trabalho escravo por UF de Naturalidade, Brasil, 2003 a 2018.

As figuras mostram que os Estados do Maranhão e do Pará, estão no topo da lista de estados exportadores de mão de obra aliciada para o trabalho escravo, seja trabalhadores residentes ou naturais. Ao que parece, há territórios no Brasil que passaram a ser naturalizados como exportadores de mão de obra precarizada e barata. Verdadeiros depósitos de gente que pode, à demanda dos empregadores, serem colocados enquanto objetos, em qualquer situação de trabalho. Essa naturalização passa, mais que situações de empobrecimento, mas por uma consideração em torno da colonialidade dos sujeitos que residem e são originários desses territórios.

Fazendo uma comparação entre trabalhadores resgatados por naturalidade com renda abaixo de ¼ de salário mínimo e população negra, nós temos o mosaico de mapas a seguir (Figuras 7 e 8)



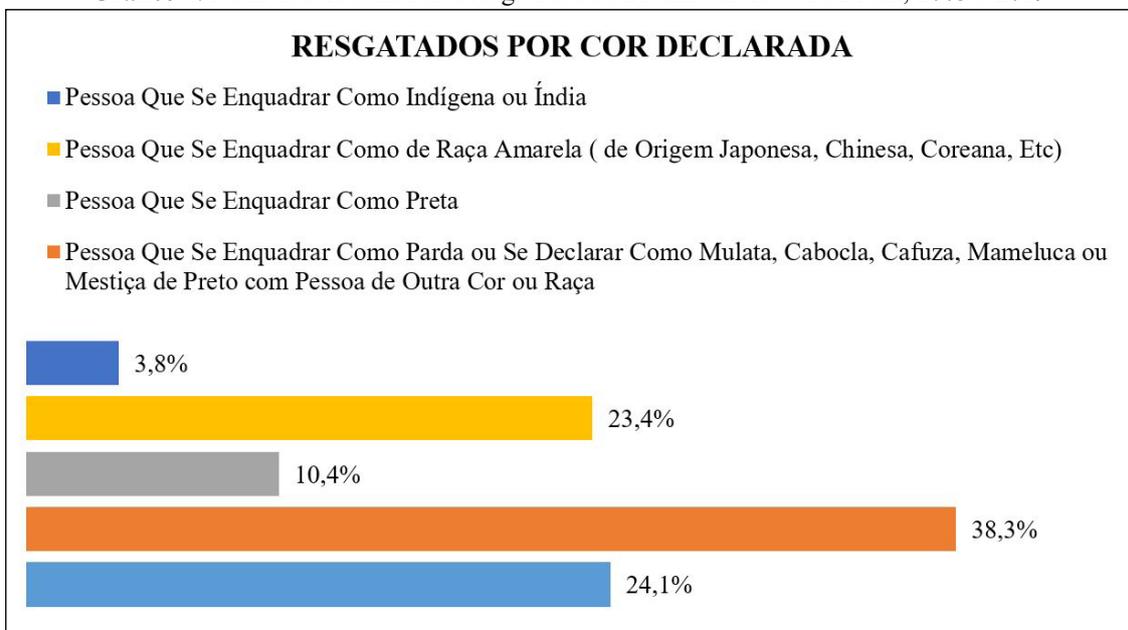
Fonte: Elaborado pelos autores

Figuras 7 e 8. Comparativo de renda, raça e trabalhadores por naturalidade, Brasil, 2003 a 2018.

A população de trabalhadores, que passa por situação de escravidão, tem sua humanidade negada. O colonialismo e o racismo que se utilizaram do trabalho escravo do período colonial e imperial tinha a mesma estratégia. Para entender essa geografia, que transforma não qualquer pessoa em objeto, mas sim, pessoas em específico, o trabalho de Bartolomeu Mendonça (2017) nos ajuda, quando ele fala de um *continuum colonial*, não pela forma, mas pela estrutura de exploração e representação. Assim, a exploração do trabalho precário e escravo segue a lógica do colonialismo, em que alguns sujeitos, pela sua sub-humanidade, poderiam ser apropriados, poderiam ser alvejados com violência e até mortos. No mesmo sentido, o trabalho escravo contemporâneo se reproduz. Nesse sentido, essa relação entre espaços negros e a permanência do trabalho escravo nos ajuda a entender esse fenômeno, também, como racial.

Os dados de perfil de trabalhadores mostram que os trabalhadores resgatados são em sua maior parte, pessoas que se identificam como pretas ou pardas, conforme o Gráfico 4.

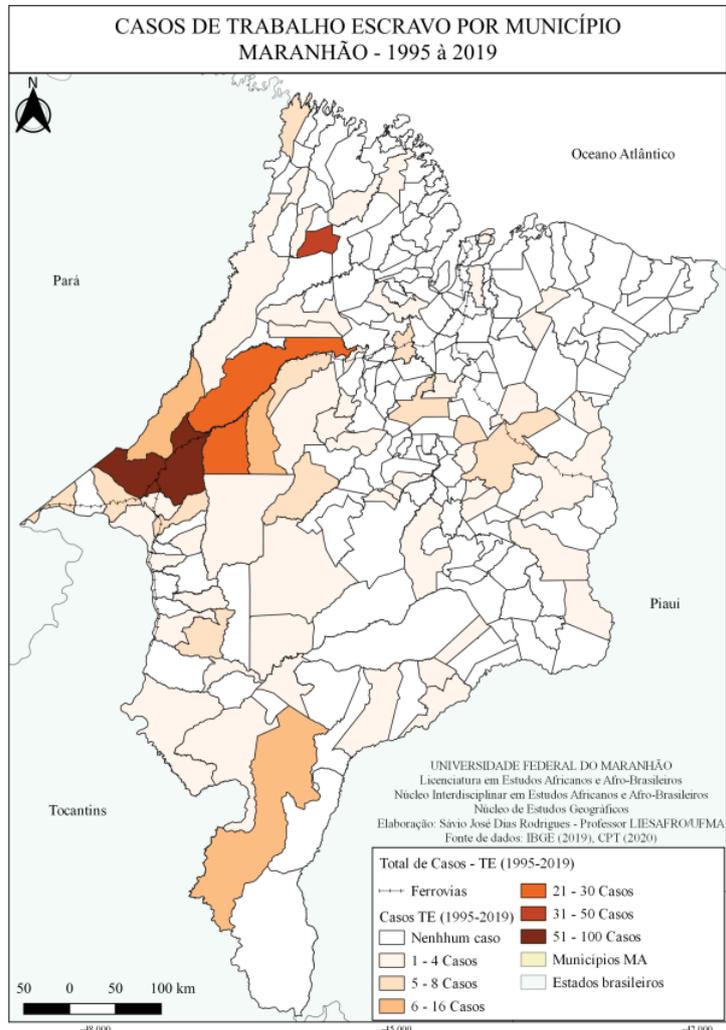
Gráfico 4. Perfil dos trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Brasil, 2003 a 2019.



Fonte: CPT, Panorama atualizado do trabalho escravo no Brasil - CPT.TE - 1995-2020.

Quase 50% dos trabalhadores resgatados de trabalho escravo se identificam como negros (soma dos dados de pretos e os pardos). Isso reforça nosso argumento de que alguns sujeitos são passíveis da colonialidade da exploração do corpo ou subalternização dos espaços. Espaços, na concepção de Milton Santos (2017), de conjunto de fixos e fluxos, em que espaço e sociedade são um *uno*, e, assim, são passíveis de serem apropriados pelas atividades capitalistas, que são a própria colonialidade, por serem considerados espaços produzidos por sub-humanos, da mesma forma que Frantz Fanon (1968) escreve no seu livro *Condenados da terra*.

No Estado do Maranhão, avaliando os dados por município, podemos perceber que os casos de trabalho escravo estão localizados em regiões específicas. O Oeste do Estado e o Sul são as regiões proeminentes em relação aos casos de trabalho escravo entre os anos de 1995 à 2019, conforme podemos ver na Figura 9.



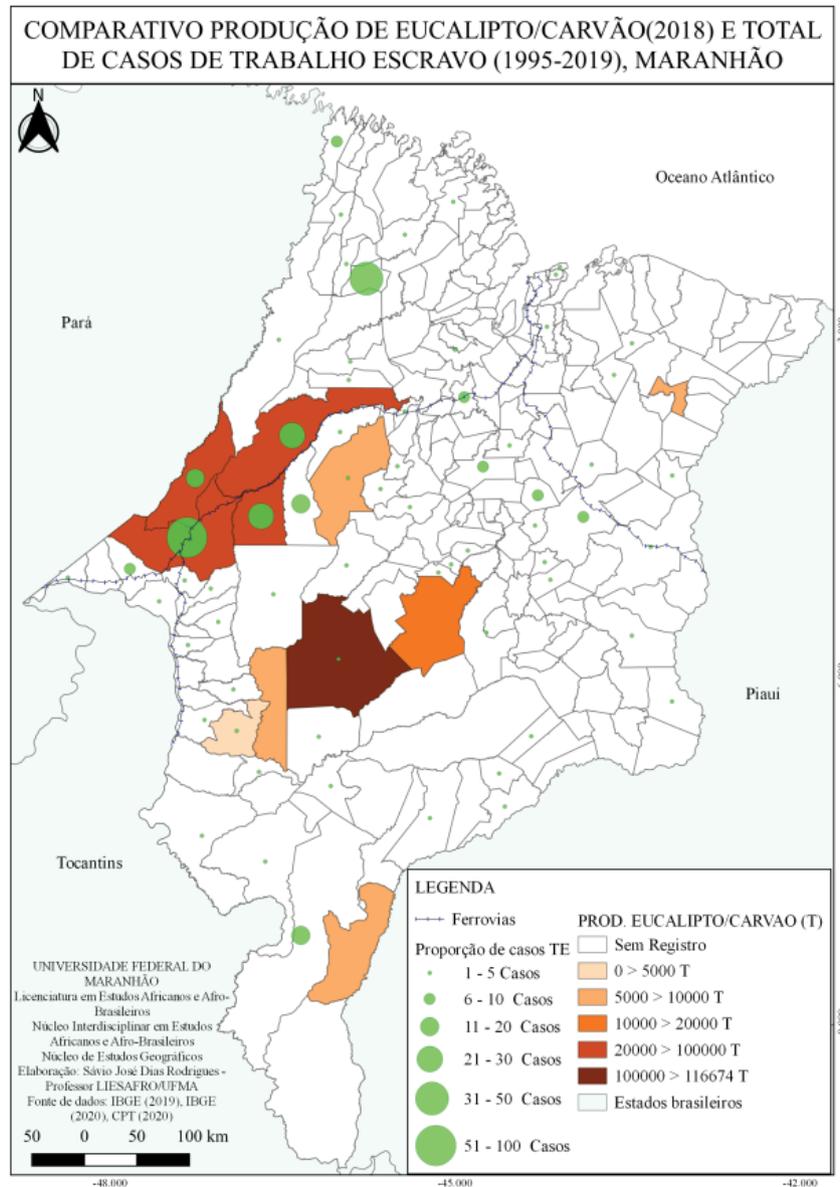
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 9. Casos de trabalho escravo por município, Maranhão, 1995 a 2018.

Essa regionalização do trabalho escravo no sul e oeste têm íntima relação com as atividades ligadas aos grandes projetos nessas regiões. São nessas regiões que os megaprojetos vinculados aos eixos de desenvolvimento do estado do Maranhão têm se expandido. Assim, as plantações de soja e de eucalipto aparecem como importantes variáveis.

A silvicultura do Eucalipto no Maranhão tem realizada: 1) para abastecer os fornos siderúrgicos e de metalurgia que se localizam, sobretudo, em Açailândia-MA; 2) produção de papel e celulose. Os eucaliptos formam extensas florestas, que nas regiões onde são plantados passaram a ser denominados de desertos verdes, pelos muitos impactos sociais e ambientais que causam. Apesar de serem denominados de florestas de eucalipto, não tem nada de floresta em comparado a diversidade biológica de uma floresta natural. O seu plantio necessita de uma grande quantidade de água e repele outras espécies vegetais, isso acaba por diminuir a diversidade de espécies necessárias para a manutenção das cadeias ecológicas, promovendo, inclusive, extinção de espécies animais e vegetais.

A Figura 10 mostra o comparativo de casos de trabalho escravo entre 1995 e 2019 e a produção de eucalipto em 2018 no estado do Maranhão:

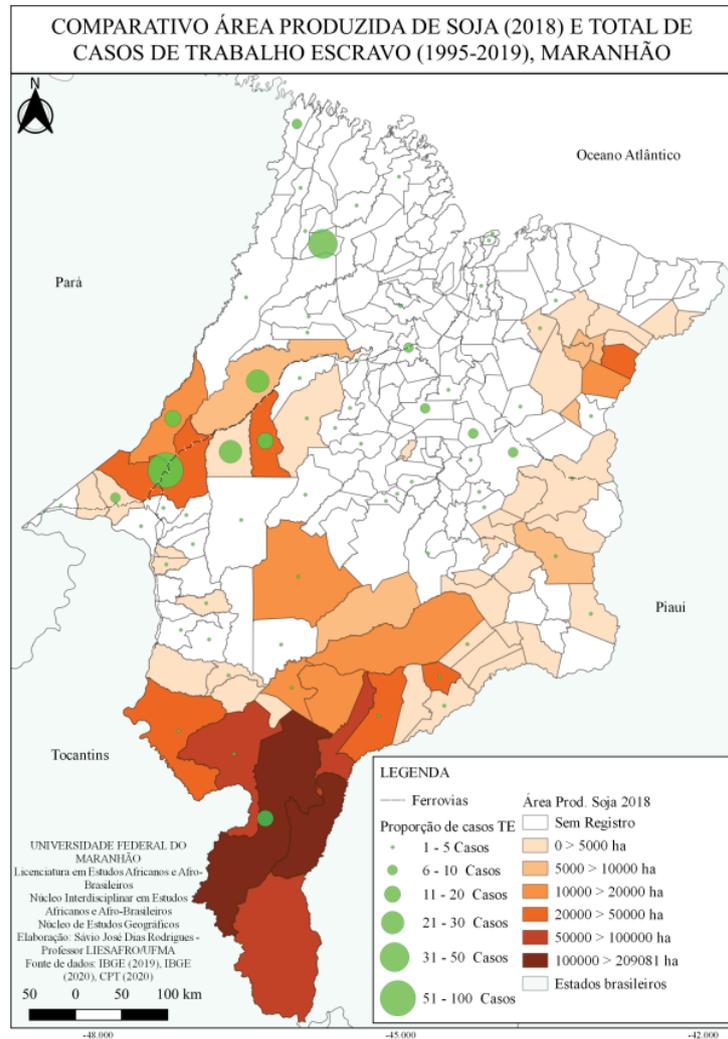


Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 10. Casos de trabalho escravo por município e produção de eucalipto, Maranhão, 1995 a 2018.

Podemos perceber que na parte Oeste do estado do Maranhão os casos de trabalho escravo, em sua maioria, estão localizados nos municípios produtores de Eucalipto. A questão que se coloca de um lado: como, uma das atividades ditas como parte da modernização do território maranhense reproduz uma forma de exploração de trabalho que nos remete, a priori, ao passado? A resposta: atividades ligadas aos plantios de eucalipto tem se aproveitado dessa forma de exploração para expandirem suas taxas de acumulação de capital.

Em relação ao agronegócio da soja, temos algo parecido, também a oeste, sobretudo, pois os casos de trabalho escravo nessa região podem ser associados às aberturas e preparações de fazendas para essas atividades. A Figura 11 faz um comparativo dos casos de trabalho escravo entre 1995 e 2018 no estado do Maranhão e o total de área produzida com soja em 2018:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 11. Casos de trabalho escravo por município e área produzida com soja, Maranhão, 1995 a 2018.

A região Oeste do Maranhão tem conhecido o avanço da soja, mas já há um tempo era o lócus de atividades relacionadas a produção de carvão para as siderurgias que se aproveitavam da Estrada de Ferro Carajás. Mais recentemente, os plantios de soja têm avançado pra região, também se aproveitando da infraestrutura logística da ferrovia, ligando ao terminal de grãos localizado no complexo portuário do Itaqui, em São Luís - MA e facilitando o escoamento dessa produção.

No sul do estado, sobretudo, a produção de soja é a que mais tem acarretado impactos locais para as economias dos municípios. Desde impactos sociais para comunidades em que estas perdem seus territórios, até uma transformação ampla nas economias municipais.

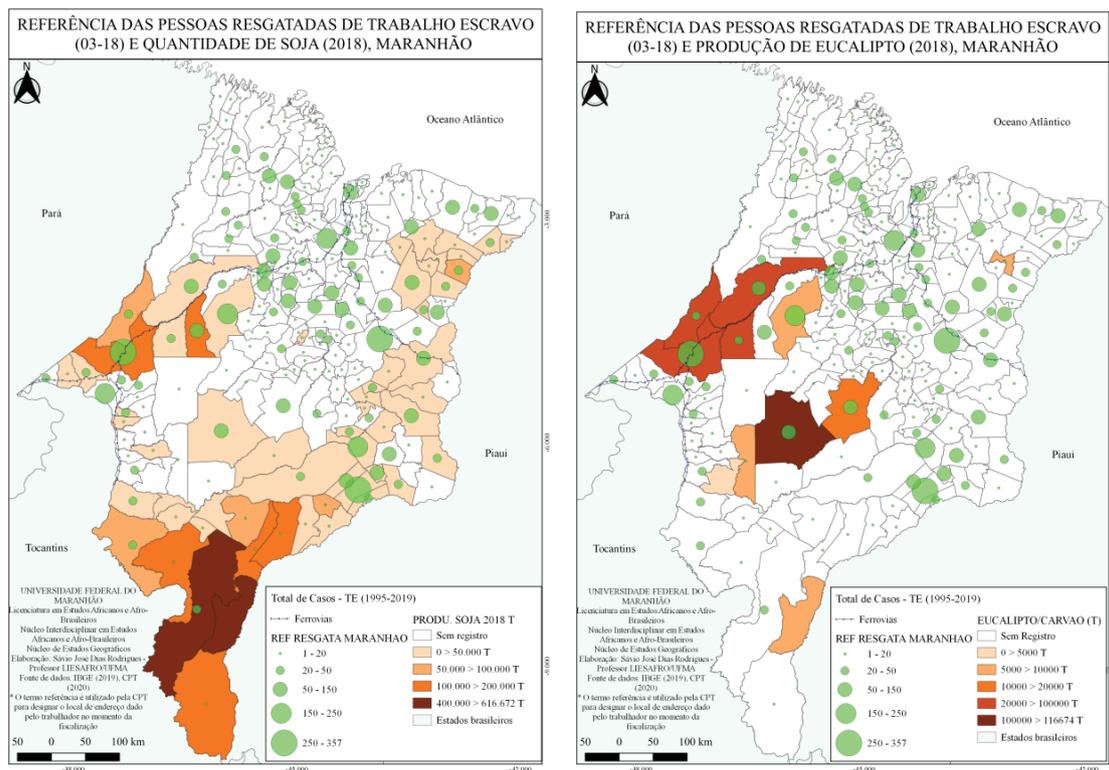
Tanto a produção de soja como a produção de eucalipto necessitam de vastas extensões de terras para serem economicamente viáveis para os produtores do agronegócio. Sendo assim, a pressão por terras nas regiões sobe e com isso, a expulsão de camponeses de seus territórios tem acontecido em larga escala, gerando uma situação de empobrecimento para esses grupos. Outro elemento, é que, apesar da mecanização, alguns setores da produção acontecem necessitando de mão de obra braçal. Nesses ramos da produção, cada vez mais se

tem a precarização do trabalhador e, também, formas de trabalho escravo contemporâneo, o que explica, por exemplo, a incidência de casos de trabalho escravo na soja no sul do estado. O processo de abertura de fazendas, o “catar raízes”, o colocar cercas, além de outras atividades no ciclo produtivo da própria soja, tem demandado mão de obra barata e precária, que, muitas vezes, é mantida sob jornadas exaustivas ou trabalho degradante.

Em relação ao processo de expulsão de camponeses, isso tem gerado um empobrecimento desses sujeitos, aumentando as possibilidades de aliciamento para o trabalho escravo. Esse não é um processo exclusivo dos plantios de soja e eucalipto, mas, também, é localizado na pecuária.

Na verdade, verdade, no Estado do Maranhão a privatização das terras por grandes latifúndios, muitas vezes, ligados à pecuária bovina, que pode ser localizada em quase todo território estadual, tem diminuído o acesso de camponeses às terras, criando um contexto propício para o aliciamento desses grupos. O Estado, a partir do grande contingente de trabalhadores migrantes, é um dos grandes exportadores de mão de obra que é aliciada para o escravismo contemporâneo. Um processo parecido com o fenômeno dos cercamentos ingleses no início do capitalismo industrial e com consequências semelhantes, em que gera a possibilidade de exploração de uma mão de obra que foi empobrecida ao mesmo tempo em que foi separada do seu meio de produção (ou reprodução da sua própria vida)

As Figuras 13 e 14 mostram os municípios de referência no Maranhão desses trabalhadores que são resgatados em todo o Brasil de trabalho escravo e comparados com a produção de soja e eucalipto.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figuras 12 e 13. Referência de trabalhadores resgatados de TE (03-18), produção de eucalipto e soja (2018), Maranhão.

Os mapas mostram que o trabalho escravo se espalhou no estado, como parte da rotina dos trabalhadores migrantes. A busca por melhores condições acaba sendo o elemento chave encontrado pelos denominados gatos para o aliciamento desses trabalhadores. Ainda assim, alguns municípios podem ser mencionados como grandes exportadores dessa mão de obra. Os casos de Codó, Açailândia, Pastos Bons e Imperatriz são importantes. Esses municípios, cada um, tiveram mais de 230 trabalhadores resgatados de trabalho escravo no país que indicaram sua referência de endereço no momento do resgate, entre os anos de 2003 a 2018. O município de Codó, no centro leste do estado do Maranhão é o campeão com 356 pessoas que indicaram referência nesse município nesse período.

Uma característica em comum entre esses municípios é que todos são incluídos no MAPITOBA, região agrícola instituída em 2015, mas que vem se consolidando como uma região especializada dentro da lógica capitalista entre os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins, com alta circulação de capital vinculada a economia do agronegócio já há algumas décadas. Esse fato nos mostra mais uma vez que o trabalho escravo não é antagônico aos megaprojetos, mas sim, ele acontece no seio desses grandes projetos, necessário para a ampliação da acumulação de capital e expansão destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho escravo tem sido parte do contexto dos grandes projetos de desenvolvimento ou megaprojetos no Estado do Maranhão. Os dados e sua espacialização demonstram que há uma relação estreita entre a expansão dos megaprojetos e o trabalho escravo, a partir de processos que vão desde a expulsão de camponeses de suas terras, até mesmo o uso por parte desses empreendimentos de mão de obra precária e escravizada.

A modernização do território, que se apresenta ao estado do Maranhão como resposta e solução para a pobreza e baixos índices sociais, trazem consigo o uso da exploração do trabalho escravo como parte dessa modernização. Dessa maneira, os denominados eixos de desenvolvimento do estado, como mediadores dessa modernização, têm contribuído para a reprodução do trabalho escravo no estado.

NOTA

3 O trabalho de Bartolomeu Rodrigues Mendonça e Samarone Carvalho Marinho (2016) faz uma importante análise historicizando os grandes projetos no Maranhão e trazendo o contexto da comunidade de Cajueiro.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, A. C. **Resistência camponesa entre chapadas, carrascos e mato no Baixo Parnaíba**, Maranhão. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- CARNEIRO, M. D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. *In*: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 223-250
- COSTA, C. R. R da. **O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em

Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COSTA, S. B. da. **Chapadas e lutas**: resistência camponesa no Baixo Parnaíba Maranhense na rota do agronegócio silvicultor: conflitos territoriais e “usos” da natureza. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FIEMA. Federação das Indústrias do Estado do Maranhão. **PDI 2020**: plano estratégico de desenvolvimento industrial do Maranhão. São Luís: FIEMA, 2009.

GARCÍA, M. V. I. Espacio: elemento central en los movimientos sociales por megaproyectos. **Desacatos**, n. 39, p. 141-158, mayo-ago. 2012.

MENDONÇA, B. R. **Continuum colonial (=modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios, e escravos da república no Estado do Maranhão, Brasil**. 2017. Tese (Doutorado) - UFMA, São Luís, 2017.

MENDONÇA, B. R.; MARINHO, S. C. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. **Repocs**, v. 13, n.26, jul/dez. 2016.

MONTEIRO, M. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. *In*: COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (orgs.). **Dez (10) anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 183-222

RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S. Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira. *In*: RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S. **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos**: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro. São Luís: EDUFMA, 2015.

RODRIGUES, S. J. D. Espaços subalternos e trabalho escravo contemporâneo: migração e vulnerabilidade socioeconômica no Maranhão moderno. **Campo -Território**. v. 12, p. 119-140, 2017.

RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem**: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UFC, Fortaleza, 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. Conflitos sócio-ambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís< MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: UFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de; SILVA, S. C. da. Taim: conflitos socioambientais e estratégias de defesa do território. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 7, n. 13, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2017.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL**: Observatório Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, v. 6, n. 16, jun. 2005.